



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Ordem de Serviço SEPLAG/GESTAOEPPGG n.º 1/2024

Processo n.º 1500.01.0235774/2024-55

Ordem de Serviço SEPLAG/GESTAOEPPGG n.º 01/2024

Esta Ordem de Serviço orienta acerca dos procedimentos que devem ser seguidos para a autorização de exercício dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e encontra-se dividida em 8 partes.

I - Da definição de exercício do EPPGG: trata da competência para autorização de exercício do EPPGG.

II - Dos critérios a serem analisados para definição de exercício dos EPPGG: apresenta os critérios que serão analisados em todo processo que visa a movimentação do EPPGG.

III - Da solicitação por EPPGG: apresenta os procedimentos a serem seguidos pelos órgãos/entidades, para solicitação de EPPGG.

IV - Da solicitação originária do EPPGG para alteração do local de exercício: apresenta os procedimentos a serem seguidos pelo EPPGG, quando planejar alterar o seu local de exercício.

V - Da reapresentação do EPPGG: trata dos procedimentos que devem ser seguidos pelo servidor EPPGG, quando necessária sua reapresentação à Seplag/MG.

VI - Dos servidores que ingressaram na carreira de EPPGG entre setembro de 2015 e dezembro de 2019 e após maio de 2020: apresenta as situações excepcionais que possibilitam a realização de análise de pedido de movimentação de EPPGG.

VII - Dos servidores que ingressaram na carreira de EPPGG no ano de 2020: apresenta a situação que possibilita a realização de análise de pedido de movimentação de EPPGG.

VIII - Da ciência da movimentação: trata da interlocução da Subgef com o órgão de exercício do EPPGG.

IX - Do Censo: trata de instrumento que pode auxiliar o processo de tomada de decisão acerca da alocação do EPPGG.

Ordem de Serviço SEPLAG/GESTAOEPPGG n.º 01/2024

A Subsecretaria de Gestão e Finanças (Subgef), no uso das atribuições conferidas nos incisos I e V do art. 1º do Decreto Estadual nº 45.600/2011 e observada a Resolução SEPLAG n.º 076/2024 (93465443), ORIENTA acerca dos procedimentos que devem ser seguidos para a autorização de exercício dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG):

I - Da definição de exercício do EPPGG

1.1. A definição do órgão ou entidade em que o EPPGG terá exercício é competência da Subsecretaria de Gestão e Finanças (Subgef) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

1.2. A movimentação do EPPGG, inclusive para a ocupação de cargo comissionado ou função gratificada, está condicionada à prévia autorização pela Subsecretaria de Gestão e Finanças.

1.2.1. O ato de definição de exercício será publicado no Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais.

1.3. Enquanto o Poder Executivo estadual permanecer acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, a autorização excepcional de exercício dos EPPGG que ingressaram após setembro de 2015 observará complementarmente procedimentos descritos nos itens VI e VII desta Ordem de Serviço.

II - Dos critérios a serem analisados para definição de exercício dos EPPGG

2.1. As alterações de local de exercício serão avaliadas pela Subgef, observados os seguintes critérios:

2.1.1. Aderência das atribuições a serem exercidas pelo EPPGG às atribuições da carreira;

2.1.2. Aderência das atribuições a serem exercidas pelo EPPGG à sua trajetória profissional e formação complementar;

2.1.3. Aderência das atribuições ao cenário de entregas estratégicas do Governo do Estado de Minas Gerais;

2.1.4. Necessidade de realização de transição das atividades anteriormente desempenhadas, que não poderá ultrapassar 30 dias; e

2.1.5. Existência de situação excepcional advinda da situação fiscal do Estado.

III - Da solicitação por EPPGG

3.1. O Órgão/entidade interessado em receber EPPGG para fixação de exercício ou para ocupar cargo em comissão ou função gratificada, inicia no Sei o processo "RH: EPPGG - Movimentação e Exercício".

3.2. Após abertura do processo deve ser inserido o formulário disponível no Sei "RH - EPPGG: Solicitação Nominal", Anexo I.

3.2.1. O formulário deve ser preenchido em sua completude e assinado pela autoridade máxima do órgão/entidade solicitante.

3.2.2. Após o preenchimento e assinatura do formulário, o processo deverá ser enviado para a unidade Sei: Seplag/gestaoeppgg.

3.3. Caso a solicitação não seja nominal, o órgão ou entidade deverá preencher o formulário "RH - EPPGG - Solicitação de Exercício de Servidor", Anexo II.

3.4. A solicitação será analisada considerando os critérios estabelecidos no item II desta Ordem de Serviço.

3.5. Se a análise concluir pela inviabilidade de movimentação, o órgão/entidade solicitante receberá um Ofício informando sobre a decisão.

3.6. Se a análise concluir pela viabilidade de movimentação:

3.6.1. O órgão/entidade de exercício atual do EPPGG será cientificado, por Ofício, para fins de organização de uma transição, que não poderá exceder 30 dias.

3.6.1.1. O Ofício será enviado com cópia para o órgão/entidade solicitante e para a unidade Sei Seplag/dam-cessao para fins elaboração do ato de definição de

exercício, visando a manutenção da regularidade da situação funcional do EPPGG.

IV - Da solicitação originária do EPPGG para alteração do local de exercício

4.1. O interessado deverá preencher e assinar o formulário disponível no Sei, “RH - EPPGG - Realocação a Pedido”, Anexo III, e encaminhar ao endereço Sei: Seplag/gestaoeppgg.

4.1.1. A solicitação de alteração do local de exercício não gera para o servidor o direito à movimentação.

4.2. A solicitação será analisada observados os critérios elencados nos itens 2.1 a 2.5 desta Ordem de Serviço.

4.2.1. A análise poderá concluir pela: movimentação para o local pleiteado; não movimentação; ou movimentação do EPPGG para local diferente do que foi solicitado.

4.3. É obrigação do servidor permanecer em exercício no atual órgão ou entidade até a conclusão do processo.

V - Da reapresentação do EPPGG

5.1. O EPPGG deverá apresentar-se imediatamente à unidade setorial de recursos humanos da Seplag nos seguintes casos:

5.1.1. Exoneração do cargo de provimento em comissão ou destituição da função gratificada, ainda que o servidor tenha interesse em permanecer no órgão ou entidade.

5.1.2. Término de licença para acompanhar cônjuge; licença para tratar de interesse particular; afastamento para exercer mandato eletivo sindical; cessão para outros entes federativos ou outros poderes; e afastamento para exercer mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

5.2. A reapresentação poderá ocorrer por meio do preenchimento do formulário disponível no Sei, “RH - EPPGG - Realocação a Pedido”, Anexo III, que deverá ser encaminhado para a unidade Sei: Seplag/gestaoeppgg; ou por meio de e-mail a ser enviado para srh@planejamento.mg.gov.br, com cópia para subgef@planejamento.mg.gov.br.

5.2.1. É responsabilidade do servidor reapresentar-se à unidade setorial de recursos humanos da Seplag no mesmo dia de publicação da exoneração, ou no primeiro dia útil seguinte caso a publicação ocorra em sábados ou feriados.

5.2.2. É responsabilidade do servidor reapresentar-se à unidade setorial de recursos humanos da Seplag em até 05 dias úteis antes do término da situação prevista no item 5.1.2.

5.2.3. A reapresentação fora do prazo mencionado nos subitens 5.2.1 e 5.2.2 poderá acarretar em lançamento de falta, tendo em vista a ausência de vinculação do EPPGG em órgão ou entidade.

5.2.4. Caso a reapresentação ocorra por e-mail, o EPPGG é responsabilidade do EPPGG certificar-se que recebeu e-mail de confirmação por parte da Seplag.

5.2.5. O EPPGG será realocado temporariamente em unidades administrativas da Seplag, até que se defina o seu local de exercício.

5.2.6. No caso de reapresentação de EPPGG que ingressou na carreira após setembro de 2015, a unidade setorial de recursos humanos da Seplag providenciará o seu encaminhamento ao órgão ou entidade no qual encontra-se bloqueada a vacância.

VI - Dos servidores que ingressaram na carreira de EPPGG entre setembro de 2015 e dezembro de 2019 e após maio de 2020

6.1. Enquanto o Poder Executivo estadual permanecer acima do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, haverá possibilidade, em atendimento a interesse público justificado, de análise de pedido de movimentação, observados os critérios já mencionados no item II desta Ordem de Serviço,

nas seguintes situações excepcionais:

6.1.1. Permuta entre servidores da mesma carreira e que estão dentre os servidores que ingressaram entre setembro de 2015 e dezembro de 2019 e após maio de 2020.

6.1.2. Retorno ao órgão ou entidade que é o responsável pelo bloqueio de vacância referente ao EPPGG.

6.1.3. Para atender necessidade de unidades com dedicação preponderante nas áreas da educação, saúde e segurança, ou órgão que se caracterize como unidade central, que seja responsável pela elaboração de políticas, normas e diretrizes a serem seguidas pelas áreas prioritárias da educação, saúde e segurança.

6.1.3.1. Neste caso, a solicitação para movimentação deverá ser instruída com a apresentação pela área demandante de justificativa fundamentada e das atribuições a serem exercidas pelo servidor, devendo apresentar as contribuições esperadas para as políticas de educação, saúde ou segurança.

6.1.3.1.1. O órgão ou entidade demandante deverá apresentar vacância(s) a ser(em) bloqueada(s) para garantir a ausência de impacto financeiro da movimentação, caso seja necessária análise pela Seplag.

6.1.3.2. Considerar-se-á unidades com dedicação preponderante nas áreas da educação, saúde e segurança, aquelas que tenham sido devidamente reconhecidas pela Advocacia Geral do Estado.

6.1.3.3. Considerar-se-á central aquela unidade inserida dentro dos órgãos centrais a que se refere o art. 4º da Lei Estadual nº 24.313/2023, desde que responsável pela elaboração, auxílio e execução de políticas, normas e diretrizes que contribua diretamente na atuação e desenvolvimento das áreas prioritárias da educação, saúde e segurança.

6.1.3.4. É responsabilidade do órgão que receber o EPPGG a definição de atividades relacionadas às áreas prioritárias da educação, saúde e segurança, com a devida inclusão nos instrumentos de avaliação de desempenho do servidor e, no caso de haver regime de teletrabalho, no formulário disponível no sistema Ponto Digital “Plano de Trabalho”.

6.1.4. Para ocupar, por necessidade excepcional de interesse público e em caráter temporário, cargo em comissão de qualquer nível.

6.1.4.1. Neste caso o servidor deverá manifestar o seu compromisso de retornar ao órgão/entidade onde encontra-se o bloqueio de vacância, quando da exoneração do cargo, por meio do preenchimento do formulário disponível no Sei “RH - EPPGG - Termo de Compromisso”, Anexo V.

6.1.5. Para exercer, por necessidade excepcional de interesse público e em caráter temporário, função gratificada, desde que ao EPPGG seja atribuída função de coordenação ou assessoramento de unidade administrativa de 1º e 2º nível hierárquico.

6.1.5.1. Neste caso o servidor deverá manifestar o seu compromisso de retornar ao órgão/entidade onde encontra-se o bloqueio de vacância, quando da destituição da função, por meio do preenchimento do formulário disponível no Sei “RH - EPPGG - Termo de Compromisso”, Anexo V.

VII - Dos servidores que ingressaram na carreira de EPPGG no ano de 2020

7.1. A movimentação deve ser precedida apresentação, pelo órgão ou entidade demandante, de vacância(s) a ser(em) bloqueada(s) para garantir a ausência de impacto financeiro da movimentação, caso seja necessária análise pela Seplag.

7.1.1. Caso a movimentação ocorra por necessidade excepcional de interesse público e em caráter temporário, para ocupar cargo em comissão ou função gratificada de qualquer nível, o servidor deverá manifestar o seu compromisso de retornar ao órgão/entidade onde encontra-se o bloqueio de vacância, quando da exoneração do cargo ou destituição da função, por meio do preenchimento do

VIII - Da ciência da movimentação

8.1. Quando necessário, a Subgef poderá consultar o órgão/entidade de exercício do servidor, para subsidiar a tomada de decisão.

8.2. A Subgef dará ciência ao órgão/entidade de exercício do servidor, quando autorizada a sua movimentação.

IX - Do Censo

9.1 - É obrigação do EPPGG manter seus dados atualizados, no Censo da carreira realizado pela Subgef.

Belo Horizonte, 30 de julho de 2024.

Rodrigo Guerra Furtado
Subsecretário de Gestão e Finanças

Camila Barbosa Neves
Secretária de Estado de Planejamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Guerra Furtado, Subsecretário(a)**, em 30/07/2024, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Barbosa Neves, Secretário(a) de Estado**, em 30/07/2024, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **88870618** e o código CRC **56AAD804**.